

Conservadores deverão dominar a Constituinte



David Fleischer

Chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, o professor David Fleischer, 45 anos, é um observador atento do processo eleitoral brasileiro. Recém-chegado dos Estados Unidos, onde acompanhou o último pleito para o Senado, ele lamenta não ter tido tempo para escrever artigos sobre a campanha política que se encerra esta semana, ao contrário de 82, quando foi assíduo colaborador dos jornais na análise dos acontecimentos eleitorais daquele ano.

Nesta entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE,

Fleischer fala dos interesses em jogo na eleição da Constituinte, critica a influência do poder econômico, que uma assembléia autônoma poderia ter evitado, prevê a eleição de esmagadora maioria parlamentar conservadora e analisa a municipalização do primeiro pleito brasileiro.

Como você analisa esta primeira campanha eleitoral de Brasília?

Muita gente pergunta porque surgiram tantos candidatos, tanto para senador quanto para deputado, muitos sem qualquer chance de ser eleitos. Acho que há razões estruturais nisso: em primeiro lugar, Brasília tem três vagas para o Senado, enquanto os outros estados só têm duas e, devido à sublegenda, cada partido ou coligação pode apresentar até nove candidatos. Já para a Câmara, a legislação reduziu o número de candidaturas por partido, mas muitos que não conseguiram sair pelo seu partido de primeira opção organizaram legendas nanicas para se candidarem. Há, ainda, o que eu chamaría de "ânsia de participar": numa cidade que vota pela primeira vez, seus líderes têm um desejo natural de se candidatarem. Por outro lado, o cacife dessas eleições é muito alto: ao contrário de 78 ou 82, estamos elegendo uma Assembléia Constituinte. Como todo mundo sabe, está correndo muito dinheiro porque tem muita coisa em jogo a ser decidida pela Constituinte: as relações entre patrão e empregado, capital e trabalho, etc.

O que acontecerá, politicamente, com os mais de duzentos candidatos brasilienses que terão que ficar fora da Constituinte?

Uma das coisas importantes que a Constituinte definirá é a emancipação total de Brasília, se a cidade elegerá vereador, prefeito, deputado distrital e até governador. Foi justamente a crença generalizada de que haverá eleições locais, provavelmente já em 88, que levou muita gente a candidatar-se agora, mesmo sabendo não ter chance de eleger-se constituinte. Adiantando em dois anos suas campanhas, eles vão esquentando os motores e levando seus nomes ao público.

Apesar do grande número de candidatos, as pesquisas de opinião apontaram sempre para determinados nomes. O que tem pesado na preferência do eleitor?

A pesquisa de opinião reflete um fator de conhecimento: o eleitor aponta o nome de que já ouviu falar. Os candidatos que vêm desportando, portanto, são aqueles conhecidos do público, pessoas que exercem atividades que propiciam frequente contato com o povo. Jornalistas, advogados que têm defendido causas públicas, etc. Mesmo com alguns candidatos tentando levantar seus nomes artificialmente, na base de propaganda cara e outros recursos, o

eleitorado está mostrando que só isto não surte efeito: ele vota mesmo em quem conhece.

Então o poder econômico, em sua opinião, não exercerá muita influência nas eleições brasilienses?

— Eu não digo que pessoas já conhecidas não estejam gastando dinheiro para tornar seus nomes mais fortes. Acredito mesmo que, das onze vagas de Brasília na Constituinte, pelo menos duas serão conquistadas por candidatos do poder econômico. A maioria, porém, será de pessoas ligadas à comunidade.

Em termos nacionais, qual será a participação dos representantes do poder econômico na Constituinte?

— Será bastante razoável. Estamos renovando totalmente a Câmara, dois terços do Senado e, o que é mais importante, a Assembléia Constituinte. Há muita coisa em jogo, tanto para empresas nacionais e internacionais, quanto para sindicatos e entidades de classe que querem ver seus interesses bem defendidos na Constituinte. Pelo que eu vi no Rio de Janeiro e São Paulo, onde estive recentemente, está correndo dinheiro nunca visto em campanhas anteriores. Estivemos com alguns candidatos, no interior do Rio, que se queixaram amargamente de que dinheiro vindo da capital, do PMDB e do PFL, estava comprando vereador e cabo eleitoral na base de Cr\$ 800 mil cada. As estimativas são de que a eleição de um deputado federal vai custar um milhão de dólares, um governador ou senador de estado grande gastará até vinte milhões de dólares. Eu estive nos Estados Unidos na semana passada, observei as eleições de lá e posso afirmar que, mesmo para os padrões americanos, essas eleições do Brasil são caríssimas. Acredito que a renovação prevista para a Câmara, entre 60 e 70%, será devida, em grande parte, ao dinheiro que está sendo jogado nas eleições.

Diante de tantos interesses conflitantes em torno da Constituinte, como será o equilíbrio — ou desequilíbrio — ideológico na Assembléia?

— Uma noite dessas, na televisão, o ministro Aluízio Alves fez a previsão de que a esquerda mesmo elegerá uns dez por cento, enquanto a direita conservadora elegerá outros dez. Na opinião dele, oitenta por cento da Constituinte seriam constituidos de parlamentares de centro. A minha previsão, em face do tipo de campanha que está sendo feita nos estados e da influência do poder econômico, é de que a Constituinte será um

pouco mais conservadora que o atual Congresso. Não vejo chance de os chamados progressistas elegerem mais de trinta por cento. Mas isso não quer dizer que não haverá choques na Constituinte, haverá muitos conflitos Norte/Sul em que poderemos ter progressistas do Nordeste se desentendendo com progressistas do Sul em termos de questões como federalismo e repasse de recursos. Entre os próprios conservadores, também poderá haver choques em torno de questões como o tratamento ao capital estrangeiro: uns serão mais nacionalistas, outros menos, dependendo dos grupos econômicos que representam. Então, esses rótulos de conservador e liberal, esquerda e direita, nem sempre são válidos para todas as questões que serão discutidas pela Constituinte.

A convocação de uma Constituinte autônoma teria dado afeição menos conservadora aos eleitos?

— A idéia da Constituinte autônoma e independente foi negociada pelo próprio Tancredo Neves com os militares, em 84, quando ele teria concordado com a tese da Constituinte congressual. De qualquer forma, foi uma concessão muito pequena, já que a convocação da Assembléia teria mesmo que ser aprovada pelo atual Congresso e este jamais entregaria a responsabilidade constituinte para um grupo independente. Com eleições gerais, em alguns estados o pleito para governador é muito mais importante que a eleição dos constituintes e os mandatos de quatro e oito anos (deputado e senador), em vez dos 12 ou 18 meses que duraria uma Constituinte autônoma, estimulam os candidatos a gastarem muito dinheiro. Neste caso, cresce a influência do poder econômico e, ao que tudo indica, diminui a legitimidade.

Com tantas influências a cercar nossa Constituinte, é possível que a futura Constituição não seja ainda a Carta definitiva?

— Esta é uma dúvida que todo mundo tem. Muita gente acredita que a transição política no Brasil só irá se concretizar após a eleição de um presidente pelo voto popular, que ninguém sabe se será em 88, 89 ou 90. Elaborar a nova Carta antes da derradeira transição para um governo eleito pelo povo pode resultar na necessidade de reajustes constitucionais futuros. Mas o Congresso sempre teve, e ainda terá, o poder constituinte para fazer alterações através de emendas constitucionais.

Você andou observando as campanhas eleitorais pelo País.

O eleitor brasileiro está amadurecido politicamente?

— Em termos de capacidade de votar, o eleitor brasileiro demonstrou-a plenamente em 82. Os pacotes eleitorais tinham o objetivo nítido de confundir o eleitorado e incentivar a anular o voto. Era muito difícil cumprir todo o ritual de preencher a cédula do voto vinculado, mas o eleitorado demonstrou que era muito mais inteligente que os engenheiros políticos do Governo e tivemos um índice de votos nulos bastante inferior ao esperado. O que é muito citado pelos analistas é que o eleitorado não está ciente de que está elegendo constituintes, como em 82 ele também não sabia que estava indicando 2/3 do Colégio Eleitoral. Eu vejo, nessas eleições, que o povo está escolhendo os candidatos que tenham alguma sensibilidade às questões sociais ou que apresentem coerência em termos de seu grupo de referência. Mais do que isso, no estado atual do eleitorado brasileiro, é exigir demais.

Sem Câmara Municipal nem Assembléia Legislativa, os brasilienses levam aos candidatos à Constituinte reivindicações locais, como água e esgoto. Isso não deturpará um pouco a atuação dos parlamentares brasilienses?

— Brasília é uma cidade similar ao antigo Distrito Federal. Naquela época, muitas das reivindicações do eleitorado eram realmente locais, mas nem por isso o Rio de Janeiro deixou de eleger parlamentares preocupados com os temas nacionais. E mais: a antiga capital federal tinha tal capacidade de atrair políticos que muitos largaram suas carreiras nos estados de origem e foram para o Rio de Janeiro tentar as eleições. Nelson Carneiro, Alomar Baleiro, Afonso Arinos e Leonel Brizola são exemplos marcantes. Brasília, um dia, chegará a este ponto, mas não se pode exigir isso dela já na primeira eleição.

Por enquanto, os senadores e deputados brasilienses terão mesmo a função de pressionar o Governo local para conseguir as coisas que a população reivindica, sobretudo a partir da valorização da Comissão do Distrito Federal no Senado.

Como você vê a campanha pelo voto nulo entre os estudantes?

— Talvez por estar no Departamento de Ciência Política da Universidade, não tenho sentido muito esta campanha. Nossos estudantes são naturalmente participativos politicamente. Nos outros departamentos e entre os estudantes secundaristas, não sei do alcance do movimento. Agora, é notório o desenga-